



**Resposta à interpelação escrita apresentada pelos
deputados à Assembleia Legislativa, Chui Sai Peng Jose, Ip Sio Kai
e Wang Sai Man**

Em cumprimento das instruções do Chefe do Executivo, tendo ouvido o parecer da Direcção dos Serviços de Turismo (DST), relativamente à interpelação escrita apresentada pelos Srs. Deputados Chui Sai Peng Jose, Ip Sio Kai e Wang Sai Man, de 28 de Fevereiro de 2020, encaminhada através do ofício da Assembleia Legislativa n.º198/E151/VI/GPAL/2020, de 17 de Março de 2020 e recebida pelo Gabinete do Chefe do Executivo em 18 de Março de 2020, cumpre-nos responder o seguinte:

Face ao grande impacto da pneumonia causada pelo novo tipo de coronavírus às pequenas e médias empresas, o Governo da RAEM adoptou uma série de medidas de apoio económico e de resposta, incluindo o lançamento das medidas de isenção e redução de diversos impostos e taxas e a subvenção do pagamento das tarifas de água e de energia eléctrica aos estabelecimentos comerciais, bem como a implementação da primeira fase do “Plano de Subsídio de Consumo”, para atribuir aos residentes de Macau que tenham concluído a inscrição com sucesso um subsídio no valor de 3 000 patacas.

Os residentes de Macau podem utilizar o cartão de consumo no período entre Maio e Julho para colocar os fundos em estabelecimentos comerciais mediante o mecanismo do mercado. Quanto ao seu âmbito de utilização, para além de não poder ser utilizado nos estabelecimentos como casinos, instituições financeiras e casas de penhores, nem para pagar as despesas com a água, electricidade, serviços de comunicações, serviços de radiodifusão televisiva e sonora, serviços de transporte transfronteiriço, serviços turísticos no exterior e serviços médicos, entre outros, o subsídio de consumo pode ser utilizado em diversos sectores, tais como comércio a retalho, restauração e outros sectores de serviços, pelo que é previsto que as pequenas e médias empresas em geral, incluindo as lojas situadas em bairros comunitários ou em instalações turísticas e de passagem de férias, possam ser beneficiadas.



Além disso, com o objectivo de apoiar as pequenas e médias empresas a resolverem dificuldades em rotação de capital, foi alterado o Regulamento Administrativo n.º 9/2003 (Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas) para permitir também às PME que exerçam actividade há pelo menos 1 ano apresentar pedido de empréstimo sem juro, até ao montante de 600 mil patacas, com um prazo máximo de reembolso de 8 anos. Além disso, foi elaborado o Regulamento Administrativo n.º 5/2020 (Plano de Bonificação de Juros de Créditos Bancários para as Pequenas e Médias Empresas), nos termos do qual as PME qualificadas, uma vez autorizado pelo banco o crédito no montante máximo de 2 milhões de patacas, podem obter uma bonificação de juros até 4%, com o prazo máximo de bonificação de 3 anos.

Por outro lado, o Governo da RAEM já anunciou o lançamento da segunda ronda de medidas de apoio económico contra a epidemia, envolvendo 13,6 mil milhões de patacas, com o objectivo de garantir o emprego, estabilizar a economia e assegurar a qualidade da vida da população. A segunda ronda de medidas de apoio económico, tendo em conta tanto a generalização como a especificidade, vai contemplar beneficiários de diversos níveis, incluindo trabalhadores, empresas, profissionais liberais e residentes, compreendendo seis planos, incluindo Plano de Apoio Pecuniário aos Trabalhadores, Plano de Apoio Pecuniário aos Profissionais Liberais, Plano de Apoio Pecuniário às Empresas, Plano de Bonificação de Juros de Créditos Bancários para os Profissionais Liberais, Formação Subsidiada (Plano para Aumento de Aptidões e Formação Profissional) e segunda fase do Plano de Subsídio de Consumo.

Em relação à questão referida no ponto 2 da interpelação, a DST referiu que estava a desenvolver os trabalhos preparativos para ajudar a recuperação da economia na área de turismo após a epidemia, dando prioridade à divulgação da imagem de Macau enquanto cidade segura e ideal para turismo, atraindo visitantes para Macau, especialmente aos bairros, prolongando o tempo de permanência e aumentando as despesas de consumo aqui em Macau.

Com vista a reconstruir a imagem turística de Macau e a confiança dos visitantes, a DST irá convidar as empresas locais para produzir vídeos



publicitários e programas turísticos, mostrando que Macau está preparada para receber os visitantes de todo o mundo de uma forma saudável e hospitaleira. O tema da filmagem será focado em pequenas e médias empresas com características próprias das freguesias e das comunidades culturais e criativas, no sentido de promover o encaminhamento dos residentes locais e visitantes para visitarem e consumirem nas diversas zonas.

Além disso, a DST, em conjunto com os hotéis, instalações de turismo e entretenimento de Macau, transportes de ida a Macau e agências de viagens de Macau, irá lançar produtos turísticos com preço especial a Macau, compostos pelos quatro elementos principais, nomeadamente, “Entretenimento, Gastronomia, Alojamento e Transportes”, os quais serão publicados através de media sociais, plataformas nas redes, estações televisivas, revistas de edição especiais e *roadshows* do turismo nos principais mercados de visitantes. Os visitantes podem adquirir estes produtos turísticos em preço especial através das agências de viagens locais. Ao mesmo tempo, a DST pretende apoiar ainda os operadores turísticos na área de guia a fornecerem serviço de passeios turísticos mais profundos em Macau, para promover a história cultural e as atracções turísticas de diversos bairros de Macau junto dos residentes e turistas, atraindo assim os turistas com interesses diferentes.

Desde o início do corrente ano, a DST adjudicou o serviço de promoção turística dos Balcões de Informações instalados na entrada do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, no Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa e no Edifício do Posto Fronteiriço de Macau da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, para as associações relativas ao guia turístico de Macau, que colocam operadores na área de guia turístico para fornecer o serviço de informações turísticas aos visitantes. Por outro lado, a DST subsidiou anteriormente a realização da actividade “*20th Anniversary of Macao’s Handover to the Motherland The Awareness and Guiding Programme of History, Culture & Tourism*”, co-organizado juntamente por associações cívicas e instituições de ensino superior, com o objectivo de apoiar os guias turísticos a concluírem o curso de formação para providenciar serviço gratuito de guias turísticos. Porém, devido ao surto epidémico durante a sua realização, a actividade foi adiada. No



futuro, estes serviços serão alargados consoante a situação social em geral. Na organização de eventos de grande escala, dar-se-á prioridade à aquisição dos serviços necessários às empresas de Macau, a fim de apoiar a recuperação do sector turístico de Macau.

Por outro lado, a DST pretende adiar até Setembro a realização da “8.ª Expo Internacional de Turismo (Indústria) de Macau”, inicialmente prevista para Abril de 2020, esperando-se que esta iniciativa possa desenvolver os efeitos das duas plataformas de bolsas de contactos de negócios e de vendas de produtos, para impulsionar o intercâmbio interactivo entre expositores locais e internacionais e compradores convidados, promovendo, em conjunto, produtos turísticos diversificados de preço especial, e alargando as potencialidades de desenvolvimento empresarial e elevando a eficácia real da participação de expositores de Macau. A DST está a estudar o lançamento de medida de isenção de diversos impostos e taxas para enfrentar, em conjunto com o sector, o impacto da epidemia.

De referir que, desde que a sociedade e a população em geral tenham confiança e façam bem os trabalhos de prevenção contra a epidemia em articulação com o Governo, cremos que quando a situação epidémica estiver mais estável, Macau terá condições para requerer, por iniciativa própria, ao Governo Central a retoma da emissão dos vistos individuais, de modo que as exportações dos serviços voltem à normalidade. Ao mesmo tempo, o Governo da RAEM, para além de promover o consumo interno através de medidas apropriadas, também vai reforçar a aposta dos recursos em obras públicas no intuito de criar condições mais favoráveis para dinamizar a economia e estabilizar o emprego.

Aos 16 de Abril de 2020.

O Director dos Serviços

Tai Kin Ip